



ISSN 1414-7866

Paraná Eleitoral
revista brasileira de direito
eleitoral e ciência política

tre-pr nusp/ufpr ninc/ufpr

v. 3 n. 2 2014

Aspectos motivacionais do recrutamento político: um estudo inicial dos candidatos a deputado federal no Brasil (2010)

Bruno Bolognesi
Pedro de Medeiros

Resumo

Este artigo analisa o processo de recrutamento dos candidatos a deputado federal com ênfase na sua dimensão motivacional. A partir de dados coletados por meio de *survey* aplicado a 120 candidatos ao cargo de deputado federal nas eleições de 2010, procurou-se investigar o momento em que os indivíduos passam a se interessar por política e o momento em que passam a se dedicar integralmente à atividade política. A análise dos dados apontam a família e o movimento estudantil como locais de construção do interesse inicial pela política e os partidos como fonte de motivação para a profissionalização política.

Palavras-chave: recrutamento político; candidatos a deputado federal; socialização política; profissionalização política; motivação.

Abstract

The article analyses the recruitment process of candidates running for Deputy, and focus on the motivational dimension. Based on data from a survey applied to 120 candidates running for Deputy in 2010 Brazilian elections, the article investigates the moment in which individuals start to have interest in politics and the moment in which they decided to fully dedicate themselves to political activity. The analysis of data indicates that the family and student movements are the main source of an initial interest in politics and that the political parties are a source of motivation for political

Sobre os autores

Bruno Bolognesi é professor do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos, pesquisador do Centro de Estudos dos Partidos Políticos Latino-americanos (CE-PLA) e do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP). E-mail: brunobolognesi@gmail.com

Pedro de Medeiros é mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná, doutorando em Ciência Política pela mesma universidade e professor do Centro Universitário Internacional (Uninter). E-mail: pedroleocm@gmail.com

professionalization.

Keywords: political recruitment; deputy candidates; political socialization; political professionalization; motivation.

Artigo recebido em 19 de fevereiro 2014; aceito para publicação em 2 de abril de 2014.

Introdução

A literatura que investiga processos de recrutamento político nos mais diversos contextos nacionais e organizacionais tem insistido que tais estudos não podem ser tomados como sinônimos de estudos de elite política. Evidentemente, estes temas – recrutamento político e elites políticas – estão conectados. No entanto, as pesquisas que se dedicam a um ou outro objeto possuem especificidades importantes.

As investigações voltadas para a análise das elites políticas buscam, em geral, identificar os atributos (econômicos, sociais, atitudinais, profissionais, associativos, políticos) dos indivíduos que chegam aos postos de mando em uma comunidade política qualquer. De maneira muito simplificada, podemos dizer que tais estudos pretendem atingir dois objetivos, ainda que não concomitantemente: (i) estabelecer alguma relação entre as características da estrutura social e a morfologia da elite em análise¹ e (ii) conectar os atributos dos membros de um grupo dirigente ao seu comportamento e/ou estilo político².

Estudos de recrutamento político, por sua vez, são necessariamente mais amplos, pois se preocupam com a identificação dos filtros que selecionam, de um amplo universo de potenciais participantes, aqueles poucos indivíduos que serão conduzidos aos postos de comando, constituindo assim a elite política³. Desse modo, como diz

1. A lista de referências sobre este tema é enorme. Apenas a título de exemplo, ver Giddens, 1974; Guttsman, 1965 e 1974; Putnan, 1976; Fleischer, 1981; Cayrrol e Perrinau, 1982; Charle, 1987; Birnbaum, 1994; Carlton, 1996; Alcázar, 2002; Messenberg, 2007; Marengo dos Santos e Serna, 2007; Best e Cotta, 2000; Norris e Lovenduski, 1995.
2. Também apenas a título de exemplo, ver Wright Mills, 1983; Czudnowski, 1982; Higley *et al*, 1991; Birnbaum, 1984; Rodrigues, 2002; Johnson, 1982; Carvalho, 2003; Love, 1982; Perissinotto *et al*, 2007; Power e Mochel, 2007.
3. Ver, por exemplo, Czudnowski, 1975; Prewitt, 1970; Gallagher e Marsh, 1988.

Czudnowski (1975, p. 155), enquanto os estudos das elites políticas referem-se aos ocupantes de posições políticas influentes ou aos estratos sociais de onde eles são frequentemente recrutados, os estudos de recrutamento têm como objeto os *processos sociais e políticos* por meio dos quais tais posições foram atingidas. Por essa razão, a análise do recrutamento político permite abordar dois importantes temas da ciência política, a saber⁴: (i) os processos sociais e políticos que produzem a diferenciação entre, de um lado, as elites políticas e as massas e, de outro, as elites políticas e as elites sociais⁵ e (ii) as relações possíveis entre a estrutura do processo de recrutamento, o tipo de elite daí resultante e o seu comportamento político⁶.

Ao discutir esses temas centrais da disciplina, o estudo do processo de recrutamento toca, por conseguinte, em três importantes questões teóricas. Primeiramente, ele nos permite discutir como os sistemas políticos cumprem a função de selecionar pessoas para o desempenho do “papel político” nos sistemas sociais e o seu grau de responsividade e legitimidade perante os governados; segundo, ajuda a caracterizar quão permeável é um dado sistema político a demandas que lhe são exteriores e, conseqüentemente, quão “aberto” ou “fechado”, quão “autoritário” ou “liberal” seria ele; por fim, a análise do recrutamento político só pode ser operacionalizada

Prewitt entende o processo de recrutamento político a partir da metáfora da “caixa chinesa”: “A caixa chinesa sugere uma abordagem no estudo do processo de seleção de líderes políticos. Há um processo gradual e contínuo de seleção e eliminação que afunila toda uma população até os poucos que de fato ocuparão um cargo. Toda comunidade política tem um número comparativamente alto de cidadãos que preenchem as exigências legais mínimas para o exercício de cargos públicos. Desses cidadãos saem algumas pessoas que estão atentas aos problemas políticos - o público politicamente atento. Desse público vem outro grupo menor, que é politicamente ativo. E desse grupo vem um número ainda menor de cidadãos que são de fato recrutados para os canais que conduzem aos cargos públicos. Desses são escolhidos os candidatos e dos candidatos são escolhidos os poucos que ocuparão cargos” (Prewitt, 1970, p. 7).

4. As considerações a partir deste ponto estão amplamente baseadas em Czudnowski, 1975.
5. Talvez o exemplo mais paradigmático desses estudos continue sendo os trabalhos clássicos de Gaetano Mosca, 1939; Vilfredo Pareto, 1935; e Robert Michels, 1982.
6. Esse tema é particularmente importante para os estudos de seleção de candidatos nos partidos políticos. Ver, por exemplo, Hopkin, 2001; Hazan e Rahat, 2001; 2007 e 2010; LeDuc, 2001; Freidenberg, 2003; Lundell, 2004; Brancati, 2008; Rahat, Hazan e Katz, 2008; Teixeira e Freire, 2011; Carrol e Nalepa, 2012.

se conjugar variáveis “estruturais” (posições e recursos sociais), “institucionais” (estrutura de oportunidades do sistema político) e “individuais” (cálculos e motivações dos agentes), permitindo assim a articulação (e não a contraposição) entre as dimensões macro e micro na pesquisa.

Este último ponto interessa-nos particularmente porque confere lugar de destaque às dimensões motivacionais do recrutamento político, normalmente desprezadas nesse tipo de estudo. É inegável que a posse de determinados recursos sociais confere a alguns indivíduos vantagens que aumentam significativamente as suas chances de sucesso político (Marvick, 1968; Gallagher, 1980; Perissinotto; Bolognesi, 2010). É inegável também que a estrutura de oportunidades, delimitada por regras formais (idade mínima para ser candidato, organização do sistema eleitoral e partidário, etc.) e informais (relações de parentesco, prestígio da profissão política, capital social, disposições valorativas dos selecionadores nas organizações políticas), define uma variedade de “portas de entrada” na vida política que afetam a probabilidade de acesso aos cargos de mando no sistema político (Norris, 1997; Siavelis, 2005; Siavelis; Morgenstern, 2009). No entanto, não é menos verdade que o processo de recrutamento político contém inevitavelmente uma dimensão “motivacional”. Não basta que um dado indivíduo seja portador de recursos que favoreçam sua entrada na vida política, nem que a ele se apresentem oportunidades de acesso ao sistema. É preciso ainda que este mesmo indivíduo *queira* participar da atividade política⁷.

O tema do papel da motivação individual no processo de recrutamento toca inevitavelmente no complexo problema da socialização política dos agentes. No entanto, a socialização política descreve um processo muito mais amplo, que se refere à variada gama de experiências familiares, escolares, associativas e profissionais que modelam as predisposições políticas desde a primeira infância até

7. Reiteramos que essas são condições complementares da análise do recrutamento. Assim como ter recursos e oportunidades não garante a um indivíduo a motivação para engajar-se politicamente, ter apenas a motivação, sem recursos ou acesso a oportunidades, é insuficiente para a entrada na vida política. Para usar a terminologia de Pippa Norris, neste artigo analisamos o processo de recrutamento pelo lado da *oferta*, focalizando especificamente as motivações que conduziram os entrevistados para a atividade política. Ver Norris, 1997, p. 158-159.

as experiências da vida adulta⁸. Portanto, pesquisas de socialização política podem tocar numa infinidade de problemas que transcendem em muito o circunscrito problema da decisão por engajar-se na vida política. O nosso estudo é bem menos abrangente, pois se dedica apenas à análise do momento específico em que determinados indivíduos decidem se tornar politicamente ativos, isto é, o momento representado pelas colunas 2 e 3 no Quadro I a seguir⁹.

Quadro I: Caminhos do recrutamento



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Prewitt (1970)

Ainda que menos abrangente do que um estudo amplo sobre socialização política, a análise do momento de transição para o estrato dos politicamente ativos nos permite discutir três aspectos importantes do processo de recrutamento político, pontos esses a serem tratados ao longo deste artigo.

Em primeiro lugar, como se pode ver no quadro, há três entradas para o estrato dos “politicamente ativos”: ser “politicamente socializado” e decidir entrar na política depois de um longo processo de maturação produzida por experiências recorrentes de socialização política; ser “politicamente mobilizado” e optar por se tornar politicamente ativo por meio de uma decisão repentina que tem muito mais a ver com questões conjunturais do que com fatores de socialização; por fim, a entrada “lateral”, isto é, entrar no grupo

8. O conceito de socialização política e suas origens são amplamente discutidos em Dawson e Prewitt, 1969. Ver também Hyman, 1959; Almond e Verba, 1963; Prewitt, 1970; Czudnowski, 1975; Putnan, 1976 e 1996; Searing, Wright e Rabinowitz, 1976; Almond, 1980; Searing, 1987; Pateman, 1992; Westholm e Niemi, 1992; Sears e Funk, 1999; Jennings, 2000. Uma discussão sobre socialização política aplicada a casos brasileiros pode ser encontrada em Fuks, 2011 e 2012.
9. A análise do momento seguinte, isto é, da passagem do estrato dos “politicamente ativos” para a condição de “candidato” foi feita em Veiga e Perissinotto, 2011.

dos politicamente ativos como resultado de ocupação prévia de um cargo público estratégico. Neste artigo procuraremos revelar como se distribuem os nossos entrevistados entre essas diversas entradas.

Em segundo lugar, o estudo do tema em questão permite-nos discutir o problema do “recrutamento inicial” em direção à profissionalização política (Czudnowski, 1975, p. 160-8). Segundo este autor, o recrutamento inicial caracteriza-se por dois momentos distintos, a saber: a passagem da participação política ocasional à contínua e a passagem da dedicação parcial à dedicação integral. O nosso questionário, como veremos, permite-nos discutir tanto as origens do interesse por política dos nossos entrevistados, como as razões que os levam a decidir (ou não) pela participação integral na vida política.

Por fim, o nosso objeto de pesquisa permite identificar (mas não analisar) as instituições de socialização em que o interesse pela política foi gestado. Essas instituições são importantes para que o indivíduo dê o primeiro passo para participar da vida política. Como veremos, uma vez dado esse primeiro passo, o indivíduo tende a se tornar mais atuante e a se engajar em “posições de aprendizagem” política (Prewitt, 1970) especialmente dentro dos partidos políticos, o que, por sua vez, tende a conduzir o indivíduo em direção à dedicação integral e à profissionalização política.

Os nossos dados foram coletados a partir de um *survey* aplicado a 120 candidatos ao cargo de deputado federal nas eleições de 2010, dos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB) e (Democratas) DEM¹⁰. Foram entrevistados 30 candidatos de cada partido, proporcionalmente

10. Esses são os partidos que a literatura política brasileira aponta como os maiores partidos do país. A escolha destes partidos se deu, além deste critério, pelo fato de que são estas as organizações que mais lançam candidatos aos pleitos legislativos nacionais. Além disso, esses quatro partidos representam posições distintas no espectro ideológico, o PT mais à esquerda, PMDB e PSDB ao centro e DEM à direita (Tarouco, 2008; Zucco Jr., 2009; Dias; Menezes; Ferreira, 2012). Essa distribuição pode ser encontrada seja qual for o aporte metodológico para tal classificação. Do ponto de vista comportamental, programático ou eleitoral, esta distribuição coincide com baixa variação nas distâncias entre os partidos.

distribuídos pelos estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Sergipe e Pará¹¹.

É importante fazer duas observações quanto aos limites dos nossos dados. Primeiramente, o questionário utilizado não foi desenhado inicialmente para investigar as motivações dos candidatos no que diz respeito à sua inserção na vida política e o local de socialização política inicial dos entrevistados. As poucas perguntas voltadas para esses problemas compõem uma pequena parte do questionário. Em segundo lugar, os dados obtidos não permitem qualquer generalização para o universo total de candidatos a deputado federal nas eleições de 2010, visto que a amostra da pesquisa não representa parâmetros populacionais e tampouco engloba todos os partidos que disputaram as eleições. Contudo, o ‘n’ mínimo de trinta¹² questionários aplicados aos candidatos nos permite comparações entre os partidos aqui analisados.

A pergunta a ser respondida neste artigo pode ser formulada em duas etapas, que constituem as duas seções deste artigo: (i) em que momento de suas vidas¹³ e por que razão os entrevistados começam a se interessar por política? e (ii) em que momento de suas vidas e por que razão os indivíduos decidem se dedicar integralmente a vida política. As respostas a essas perguntas serão analisadas levando-se em consideração o conjunto dos respondentes (n=120) e a sua divi-

11. O presente texto é fruto de uma pesquisa promovida pelas instituições envolvidas no Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - PROCAD, sob o Projeto *Composição e recomposição de grupos dirigentes no Nordeste e no Sul do Brasil: uma abordagem comparativa e interdisciplinar*, coordenado pelo Prof. Adriano Codato (UFPR). A coleta dos dados seria impossível sem a participação também das seguintes pessoas e instituições: Prof. Emerson Cervi (PPGCP-UFPR) e Sandra Avi dos Santos (PPGCP-UFPR), Profa. Maria do Socorro Braga, Ivan Ervolino e Bruno Bolognesi (PPGPol-UFSCar), Prof. Flávio Heinz (PPGH-PUC/RS), Prof. Wilson de Oliveira e Prof. Ernesto Seidl (PPGS-UFS) e Profa. Luzia Álvares (PPGCP-UFPA). Os autores agradecem à Jaqueline Borges, graduanda do curso de Ciências Sociais da UFPR e bolsista de Iniciação Científica CNPq/PIBIC, pela revisão do banco.
12. Ver Barbetta (2007, p. 168): amostras com ‘n’ superior a 30 casos permitem tomá-las como distribuição normal e passível de comparação entre as proporções de grupos específicos, como no caso dos quatro partidos políticos analisados neste artigo.
13. O leitor perceberá ao longo do artigo que, ao responderem sobre o “momento” em que surgiu o interesse por política, os entrevistados revelaram na verdade a instituição em que esse momento se deu.

são a partir de outras variáveis, notadamente os partidos políticos, o curso universitário e a ocupação dos respondentes.

O interesse por política: quando e por quê?

O momento decisivo em que um determinado indivíduo é chamado a exercer funções no campo político pressupõe a existência prévia de certo interesse por política. Mesmo que se trate de alguém que não tenha sido submetido a processos de “socialização política direta” (Dawson; Prewitt, 1969, p. 64), parece pouco plausível supor que ele possa ser mobilizado para a política sem que algum interesse por essa área tenha sido cultivado ao longo dos anos. Por essa razão, perguntamos aos candidatos a deputado federal por nós entrevistados em que momento esse interesse surgiu de forma perceptível. As respostas podem ser vistas na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Momento em que surge o interesse por política

	<i>n</i>	%
Na vida familiar, pois em casa sempre se discutiu política	39	32,5
Durante o segundo grau escolar, no movimento estudantil	14	11,7
Durante a faculdade, no movimento estudantil	15	12,5
No meu local de trabalho	15	12,5
No sindicato	12	10,0
Por influência de amigos	23	19,2
Outros	2	1,7
Total	120	100,0

Fonte: Survey PROCAD: ‘Como se faz um deputado: a seleção de candidatos para deputado federal nas eleições de 2010’ (UFPR-UFS-PUC/RS-UFSCar)

A despeito da diversidade revelada pela tabela, os dados indicam o predomínio de duas instituições. Em primeiro lugar, a vida familiar é identificada como a fonte em que o interesse por política foi alimentado pela maioria dos nossos entrevistados. A família funciona, segundo os nossos respondentes, como local de discussão política.

Em segundo lugar, a escola e, mais especificamente, o movimento estudantil. Juntos, aqueles que disseram que a experiência na militância estudantil, universitária ou secundária, foi o lugar onde o interesse por política surgiu somam 24,2% dos nossos respondentes. Há nesse ponto, porém, algo mais interessante. Quando cruzamos

o curso superior do respondente (Direito e outros cursos) com a questão acima, esse cruzamento se revelou significativo ($\text{sig}=0,017$ e coeficiente de contingência de $0,17$). Mais do que isso, os resíduos padronizados revelam que há forte relação entre as categorias “curso de Direito” e “interessar-se por política durante a faculdade, no movimento estudantil” (o valor dos resíduos é de $2,5$ positivos¹⁴). Ou seja, para essa resposta específica, o curso de Direito destaca-se como local de socialização política quando comparado aos demais cursos.

Em terceiro lugar temos a presença da “influência de amigos”, uma forma de produção de interesse por política muito menos estruturada do que as duas anteriores. Por fim, o local de trabalho e o sindicato aparecem também com percentuais significativos entre os nossos respondentes. Grupos de amigos, companheiros de trabalho ou de luta sindical são reconhecidos como fundamentais enquanto local de socialização política. Os *peers groups* e “grupos secundários”, como são designados pela literatura, tendem a ser muito importantes em sociedades menos tradicionais, em que a família perde, a partir de uma determinada idade, o papel de destaque na socialização dos indivíduos¹⁵.

Na verdade, é importante observar que, de acordo com os nossos dados, retirando a família como fonte de socialização política, todas as demais instituições (compondo quase 66% de nossas respostas)

14. É importante lembrar que o limite inferior e superior para a análise de resíduos padronizados está entre $-1,96$ e $1,96$ para um nível de significância de 5% (Pereira, 2004).

15. *Peer groups* são “uma forma de grupo primário composto por membros que partilham um status relativamente igual e vínculos estreitos”. Grupos secundários são grupos em que “o que mais contribui para o estabelecimento de vínculos entre os seus membros é a criação de algum tipo de produto social, algo produzido como resultado de uma ação conjunta. As relações são mais formais e os seus membros trabalham juntos para atingir algum outro objetivo social. As relações pessoais não são o valor crucial que seus membros derivam da participação no grupo”. Dawson e Prewitt, 1970, p. 105 e 127. Sindicatos seriam, a princípio, um tipo de grupo secundário, em que as interações entre os membros são mais formais, menos pessoais e afetivas. No entanto, dependendo das bases da associação, acreditamos que sindicatos podem ser também pensados como grupos de interação primária, baseados em vínculos afetivos e pessoais construídos a partir de uma comunidade ideológica. Sobre a importância dos *peers groups* nas sociedades contemporâneas, ver também Riesman *et al*, 1961, p. 66-82.

podem ser caracterizadas como *peer groups* e grupos secundários. Isso é fundamental, pois o papel desses grupos não é tão somente complementar a família com espaço de socialização política, mas principalmente permitir ajustes nas crenças e valores aprendidos durante a infância frente às exigências do mundo político real e, por conseguinte, preparar os indivíduos para efetivamente assumirem papéis políticos na comunidade (Dawson; Prewitt, 1969, p. 130).

Esses dados são interessantes por duas razões. Primeiro, porque tendem a reforçar os achados tradicionais de estudos clássicos e contemporâneos de socialização política (Hyman, 1959; Almond; Verba, 1963; Dawson; Prewitt, 1969; Prewitt, 1970), segundo os quais a família, a escola, os *peer groups*, os grupos sociais secundários e o trabalho são os lugares fundamentais onde o interesse por política é produzido. Segundo, porque revelam que, no caso dos nossos entrevistados, a produção do interesse por política pode ocorrer tanto na fase adulta, na universidade ou no local de trabalho, como antes dela, na família. É importante observar, por fim, que nenhuma das alternativas recebeu um percentual insignificante, mostrando o caráter razoavelmente diversificado das fontes de produção do interesse por política entre os respondentes. Os nossos candidatos a deputado federal não são socializados numa única instituição, o que provavelmente contribui para uma pluralidade de ideias acerca do que é e deve ser a política.

Quando indagados sobre a razão que os levaram a se interessar pela política, uma unanimidade significativa apareceu, como se pode ver na tabela a seguir.

Tabela 2: Principal razão para se interessar por política

	n	%
Ter poder para tomar decisões importantes	22	18,3
Vontade de mudar a política	55	45,8
Seguir a carreira política	20	16,7
Como forma de obter prestígio e influência	3	2,5
Simples curiosidade	2	1,7
Outras	18	15,0
Total	120	100,0

Fonte: Survey PROCAD: 'Como se faz um deputado: a seleção de candidatos para deputado federal nas eleições de 2010' (UFPR-UFS-PUC/RS-UFSCar)

Exceto pela mera curiosidade, todas as alternativas contempladas por essa resposta indicam um forte sentimento de “competência cívica subjetiva” (Almond; Verba, 1963) por parte significativa dos entrevistados. Assim, 64,1% deles se veem como capazes de, uma vez na política, tomar decisões importantes (18,3%) e de mudar a política (45,8%). É interessante observar ainda que 16,7% dos nossos respondentes declararam querer se profissionalizar como políticos. Dada o estigma que existe na sociedade brasileira sobre a figura do “político profissional”, é bem provável que este grupo esteja subestimando.

Dois pontos merecem ser discutidos nesse momento. Primeiro, haveria alguma relação entre essas respostas, isto é, entre o lugar de produção do interesse e a razão do interesse? Segundo, haveria alguma relação entre ambas e o partido político do respondente?

Em relação à primeira pergunta, o cruzamento entre as duas tabelas não revelou qualquer significância estatística. No entanto, é interessante observar que algumas fontes de socialização política tendem a estar mais próximas de algumas motivações para se interessar por política. Assim, a análise dos resíduos padronizados revela que entre aqueles cujo interesse por política foi produzido no âmbito familiar (n=39) encontra-se o menor número dos que se interessam por essa atividade com vistas a tomar decisões importantes (apenas um respondente). Ao contrário, o grupo dos indivíduos que se interessam por política a partir da atividade sindical é o que possui a maior proporção (50%) de respondentes que justificam esse interesse pela oportunidade de tomar decisões importantes. É interessante também observar que entre os indivíduos que têm o seu interesse por política produzido nos sindicatos e no movimento estudantil universitário encontra-se o menor percentual de respondentes (33% e 26,7%, respectivamente) dispostos a escolher a resposta socialmente aceitável “mudar a política” como a razão pela qual se interessaram por essa atividade. Por fim, entre os que se interessaram por política a partir do movimento estudantil encontramos o maior percentual dos que apresentam como razão do interesse a vontade de seguir uma carreira política (40% contra 26,7% do segundo lugar). Ou seja, instituições como sindicatos e movimento estudantil tenderiam a produzir uma visão mais “realista” da política (lugar de carreira e de tomada de decisões) em contraposição a uma visão mais “moralista” (oportunidade para mudar a natureza da própria atividade).

Em relação à segunda questão – a relação entre lugar de produção do interesse por política, a razão do interesse e partidos políticos –, o único cruzamento estatisticamente significativo ($p < 0,05$ e com forte coeficiente de contingência de 0,45) foi entre o local de produção do interesse por política e o partido político do respondente. A análise dos resíduos padronizados revelam dois pontos. Primeiramente, há forte relação entre ser do DEM e se interessar por política a partir do local de trabalho. Em segundo lugar, não há qualquer relação entre ser do PT e se interessar por política a partir dos sindicatos. Há, porém, uma relação entre ser deste partido e se interessar por política a partir de “outras” instituições que o nosso questionário não captou. Outro ponto digno de nota é que PT e DEM são os partidos com o menor percentual de respondentes que indicam a família como o local de produção do interesse por política (23,3% e 20%, respectivamente).

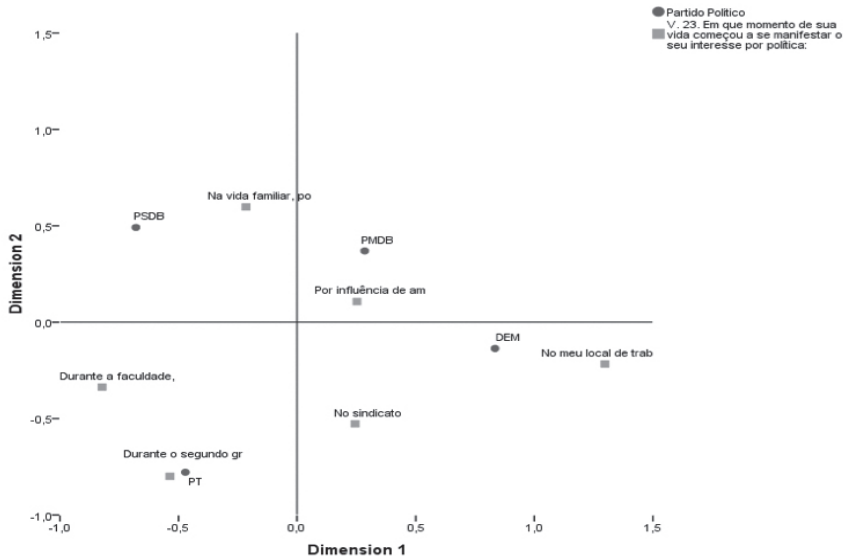
A fim de dar maior consistência à associação entre interesse e partido, fizemos uma análise de correspondência entre essas duas variáveis. Usualmente esse tipo de análise sumariza tabelas em que as diferenças entre os grupos são dificilmente perceptíveis apenas com a disposição das frequências percentuais relativas de cada categoria (Greenacre, 2007, p. 40). O gráfico de saída nos dá maior poder para verificar em que medida as variáveis estão associadas e qual a real distância entre elas, independente do tamanho de nossa amostra ou da frequência relativa das categorias presentes.

Como podemos ver na análise de correspondência acima, os dados dos resíduos se comportam de forma verossímil também na fatorial. A dimensão 1 possui potencial explicativo de associação de 36,8%, enquanto a dimensão 2 de apenas 6%¹⁶. O teste de chi-quadrado apresentou valores superiores ao limite crítico para 95% de intervalo de confiança. Dessa forma, estamos autorizados a estabelecer associações apenas no eixo horizontal do gráfico. Assim, os candidatos petistas apresentaram uma grande proximidade com a socialização durante a formação escolar, principalmente no segundo grau¹⁷. Mesmo observando que o interesse por política durante a

16. Apenas valores de dimensão acima de 0,20 (20%) devem ser considerados para análise, cf. Pereira, 2004, p. 140.

17. Aqui a associação entre os respondentes do PT e interesse por política durante o ensino secundário é diferente do que na análise dos resíduos dos parágrafos

Gráfico 1 - Momento de interesse por política e partido político - ANACOR



faculdade não está muito próximo de nenhum partido, é também do PT que ela mais se aproxima.

A associação entre o surgimento do interesse por política durante a atuação no sindicato e o pertencimento aos partidos políticos parece não ocorrer, já que esta variável se encontra quase no ponto centroide do gráfico e entre dois partidos com posições opostas no espectro ideológico, o PT e o DEM. Por outro lado, no caso do DEM, existe uma proximidade muito grande entre os candidatos que pertencem a esse partido e o interesse por política surgido inicialmente no local de trabalho. Por fim, é interessante notar que não há relação com os processos de socialização na vida familiar ou por influência de amigos para esses dois partidos, o que é menos verdade para PSDB e PMDB, que apresentam menor distância dos pontos

acima. Isso ocorre, pois no gráfico foi suprimida a opção 'outras' instituições para fins de dimensionar a associação mais significativa estatisticamente.

de massa dessas opções de respostas e as inércias não superam as massas para estes dois casos.

Profissionalização política: quando e por quê?

Os nossos entrevistados, porém, não são apenas pessoas que em um determinado momento de suas vidas se interessaram por política. Foram além disso, ao se filiarem a um partido político e se lançarem como candidatos a deputado federal. Não seria exagero, portanto, avaliar que esses indivíduos estão trilhando o caminho que conduz à profissionalização política¹⁸. Vejamos, assim, em que medida a dedicação integral à política caracteriza a vida política dos respondentes.

Entre os candidatos entrevistados, 57,5% responderam que se dedicam integralmente à política, contra 42,5% que responderam negativamente a essa questão¹⁹. Entretanto, não há qualquer relação estaticamente significativa entre responder afirmativamente a questão e estar vinculado ao PT, PMDB, DEM e PSDB. Os dados revelam, porém, que o PSDB contém um percentual maior de respondentes que disseram dedicar-se integralmente à política, 76,7%, contra 53,3% do PT e 50% do DEM e do PMDB.

Em seguida, perguntamos aos entrevistados que afirmaram dedicar-se integralmente à vida política em que momento de suas vidas isso ocorreu. As respostas podem ser vistas na Tabela 3 a seguir.

18. Segundo Duverger (1980), esses indivíduos cumprem pelo menos três das quatro etapas para a profissionalização partidária. Saem de simpatizantes, passam a filiados e chegam a candidatos. O último posto possível seria ocupar ou uma posição na burocracia do partido ou um cargo representativo. Para este último, o crivo eleitoral, além dos recursos e motivações presentes ao longo do processo de recrutamento, é obviamente fundamental.

19. Do mesmo modo, não foi encontrada correlação estatística significativa entre *não* se dedicar integralmente à política e partidos. Contudo, é importante notar que 58,8% dos respondentes que optaram por essa resposta declararam que não se dedicam integralmente à política, pois sua renda depende substancialmente de outra atividade profissional.

Tabela 3: Momento em que passou à dedicação integral à política

	n	%
Antes de filiar-me ao partido	23	33,3
Desde que me filiei ao partido	20	27,5
Desde quando tenho meu primeiro cargo no partido	7	10,1
Desde quando assumi cargo de confiança	2	2,9
Desde quando assumi cargo eletivo	9	13,0
Outros	9	13,0
Total	70	100,0

Fonte: Survey PROCAD: 'Como se faz um deputado: a seleção de candidatos para deputado federal nas eleições de 2010' (UFPR-UFS-PUC/RS-UFSCar)

A maioria dos respondentes disse que passou a se dedicar integralmente à atividade política antes de se filiar ao partido pelo qual concorreram ao cargo de deputado federal nas eleições de 2010. No entanto, se somarmos os percentuais das segunda e terceira respostas, veremos que para 37,6% dos nossos entrevistados a decisão de se dedicar integralmente à política está de algum modo vinculado à ligação com um partido político, seja pela filiação (27,5%), seja assumido um cargo dentro do mesmo (10,1%). Nesse sentido, o partido revela-se uma instituição importante para a conversão do político ocasional em político profissional. Esses dados podem ser ainda mais robustos se atentarmos para o fato de que a primeira resposta não exclui a possibilidade de que a dedicação integral à política tenha se iniciado em um partido diferente daquele pelo qual o candidato concorria às eleições em 2010. Por fim, cargos de confiança e, principalmente, cargos eletivos somam 16% dos nossos respondentes. Estes poderiam ser os “politicamente mobilizados”, segundo Prewitt (1970), isto é, aqueles que resolvem se dedicar à política muito mais em função da oportunidade de ocupar uma posição do que devido a um processo de socialização política prévia. Também aqui, não há qualquer relação estatisticamente significativa entre essas respostas e o partido do respondente.

A importância dos partidos políticos como um local de profissionalização é reforçada quando perguntamos aos entrevistados as razões que os levaram a se dedicar integralmente à atividade política. Os dados podem ser vistos na tabela abaixo.

Tabela 4: Razões para se dedicar integralmente à política

	n	%
O aumento de minhas responsabilidades político-partidárias	26	37,7
A vontade de me profissionalizar como político	15	21,7
Falta de tempo para me dedicar à outra atividade	8	11,6
Incentivo para me profissionalizar vindo de colegas e familiares	4	5,8
Outras	16	23,2
Total	69	100,0

Fonte: Survey PROCAD: 'Como se faz um deputado: a seleção de candidatos para deputado federal nas eleições de 2010' (UFPR-UFS-PUC/RS-UFSCar)

Como se percebe, a razão predominante que os respondentes apresentam para explicar por que decidiram se dedicar integralmente à vida política é claramente uma razão partidária. Segundo os dados, 37,7% dos candidatos disseram expressamente que o envolvimento maior nas atividades partidárias se traduziu em aumento de responsabilidades e, por conseguinte, no abandono das atividades concorrentes. Observe-se ainda que a vontade de se profissionalizar como político²⁰, apresentada por 21,7% dos respondentes, expressa não só uma vontade de seguir carreira, mas também a necessidade de fazê-lo, por razões institucionais, forçosamente dentro de um partido²¹. A terceira questão, por sua vez, não é mutuamente excludente quando comparada com a primeira, já que o aumento das responsabilidades partidárias pode ser exatamente a causa da falta de tempo para se dedicar às outras atividades. Por fim, é importante comentar que, mais uma vez, o cruzamento entre essas respostas e o vínculo partidário dos respondentes não se mostrou significativo estatisticamente. Isso ocorre porque em todos os partidos o aumento das responsabilidades partidárias como justificativa para se dedicar

20. Apenas para reforçar a coerência das respostas, convém observar que aqueles que disseram ter se interessado por política para seguir carreira de político são também os mais propensos a se identificarem como políticos profissionais. Os resíduos padronizados desse cruzamento (sig=0,005 e coeficiente de contingência moderado de 0,29) revelam que é exatamente aí que a relação entre essas duas variáveis (ser ou não político profissional e razões por se interessar por política) se concentra, atingindo o valor de 2,4.

21. No Brasil, segundo a Lei 9.504/97, para que um indivíduo possa ser candidato a qualquer cargo representativo é preciso que esteja filiado a um partido político há, pelo menos, doze meses antes do pleito eleitoral.

integralmente à política detém o maior percentual de respondentes: 40% para DEM e PMDB, 30,4% para o PSDB e 43,8% para o PT²².

Mas quais seriam os caminhos seguidos por esses indivíduos que tendem a se profissionalizar quando entram num partido político? De onde teria surgido essa ambição política? A tabela a seguir ajuda-nos a elucidar esse problema.

Tabela 5: Momento em que surge o interesse por política e ocupação (% e resíduos padronizados)

<i>Momento em que surge o interesse por política</i>	<i>Ocupações</i>		
	<i>Outras ocupações</i>	<i>Políticos</i>	<i>Total</i>
Na vida familiar, pois em casa sempre se discutiu política	30,3%	42,9%	32,5%
	-,4	,8	
Durante o segundo grau escolar, no movimento estudantil	12,1%	9,5%	11,7%
	,1	-,3	
Durante a faculdade, no movimento estudantil	9,1%	28,6%	12,5%
	-1,0	2,1	
No meu local de trabalho	13,1%	9,5%	12,5%
	,2	-,4	
No sindicato	11,1%	4,8%	10,0%
	,3	-,8	
Por influência de amigos	23,2%	,0%	19,2%
	,9	-2,0	
Outros	1,0%	4,8%	1,7%
	-,5	1,1	
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Survey PROCAD: 'Como se faz um deputado: a seleção de candidatos para deputado federal nas eleições de 2010' (UFPR-UFS-PUC/RS-UFSCar)

22. Este dado refere-se somente ao partido que o indivíduo está filiado para o pleito de 2010. Se levarmos em conta que 44,2% dos respondentes afirmaram ter pertencido a mais de um partido, podemos dimensionar a importância dessa instituição para a profissionalização política. E esse dado revela mais um aspecto importante: os resíduos padronizados da associação (sig <0,000 e coeficiente de contingência 0,396) apontam que o PT é o partido com a menor proporção de candidatos que pertenceram a outros partidos (apenas 10%), enquanto que DEM apresenta 43,3%, PSDB 56,7% e PMDB 66,7%. Ou seja, a importância da dedicação profissional à política no caso petista parece muito mais endógena e verticalizada do que nos outros partidos.

O cruzamento entre essas duas variáveis se revelou estatisticamente significativo com (sig=0,037 e coeficiente de contingência de 0,31). Embora a maioria dos que se declararam como político profissional encontram-se entre os que disseram que foi na vida familiar que o interesse por política surgiu, os resíduos padronizados revelam que a força da conexão entre essas duas variáveis se concentra na relação entre duas categorias específicas: ser político e ter-se interessado por política no movimento estudantil durante a faculdade. Quando cruzamos o curso superior em que o entrevistado se formou (outros cursos e Direito) com a mesma questão, os resíduos padronizados revelam uma forte correlação entre ter cursado Direito e dizer que se interessou por política no movimento estudantil na faculdade²³. Por outro lado, o surgimento do interesse por política por meio de conversas com amigos está negativamente associado com a condição de político, indicando o caráter menos estruturado desta forma de socialização política e, por isso, o seu baixo efeito sobre a profissionalização.

Conclusões

Neste artigo, procuramos salientar a dimensão motivacional do recrutamento político, que pode ser analiticamente separada das dimensões estrutural (posição e recursos sociais) e institucional (estrutura de oportunidades para os cargos de mando) desse mesmo processo. Em outros termos, a mera posse de recursos (econômicos, culturais, de tempo livre, etc.) ou o cumprimento das exigências formais e informais para o ingresso na política (as regras que presidem os sistemas partidário e eleitoral, por exemplo, bem como o capital social) não são condições suficientes para explicar a passagem de um indivíduo do estrato dos “socialmente elegíveis” para o dos “politicamente ativos” (Prewitt, 1970). Mais do que

23. Esse cruzamento se revelou significativo, com o sig igual a 0,017, coeficiente de contingência de 0,37. Os resíduos padronizados para as categorias “direito” e “interessar por política no movimento estudantil na faculdade” foram de 2,5 positivos. Observe-se ainda que, ao cruzarmos a variável “ocupação” (político e outras ocupações) com a variável “curso superior” (Direito e demais cursos), vê-se que entre os que se declaram políticos profissionais (n=21) encontramos mais do que o dobro de formados em Direito quando comparados com os não políticos (n=99): 28,6% (6) e 12,1% (12), respectivamente.

apenas *poder* fazer parte da política formal, engajando-se em partidos e eleições – e tornando-se, no limite, um político profissional – é preciso também *aspirar* a isso.

Tendo essa problemática em mente, duas questões foram colocadas ao nosso objeto: primeiramente, quando e com qual motivação os candidatos entrevistados *começaram a se interessar pela política*; em segundo lugar, quando e com qual motivação *surgiu o interesse pela profissionalização política*, entendido como dedicação exclusiva e continuada ao ofício. A partir dos dados coletados, algumas conclusões puderam ser tecidas.

Em relação à primeira questão, sobre o nascimento de um interesse inicial pela política, a *família* surgiu, dentro do universo dos entrevistados, como o lugar privilegiado da socialização política. A ela se seguiu a escola ou, mais especificamente, o *movimento estudantil*, seja no nível médio ou superior, como *lócus* de produção dessas aspirações, com destaque para a participação na política acadêmica dos cursos superiores de Direito, o que reforça a tese da proximidade, muitas vezes salientada, entre o universo jurídico e o político²⁴. Quando se trata das razões apresentadas para o interesse inicial pela política, é patente a percepção positiva dos candidatos a respeito de suas capacidades para influenciar esse universo (“tomar decisões importantes” e “mudar a política”), ratificando a “competência cívica subjetiva” (Almond; Verba, 1963) ou o “sentido de eficácia política” (Pateman, 1992) como propriedades psicológicas – socialmente produzidas – necessárias à aspiração aos cargos de mando.

Cruzando as duas variáveis (quando e por que surge o interesse inicial), percebemos que o movimento estudantil e o sindicato tendem a produzir uma aspiração mais realista (“seguir carreira política” e “tomar decisões importantes”), e menos moralista (“mudar a política”) ao ofício político. Quando se trata das diferenciações entre os partidos dos candidatos, apenas duas se mostram relevantes: a predominância

24. Há várias referências quanto a essa proximidade entre os dois universos, seja aquelas que analisam os cursos jurídicos como fonte de socialização política desde os tempos imperiais (Falcão Neto, 1978; Venâncio Filho, 1982; Adorno, 1988), seja as que mapeiam a presença dos bacharéis em Direito nas elites políticas brasileiras em diferentes momentos históricos (Pang; Seckinger, 1972; Barman, 1976; Hendricks; Levine, 1981; Carvalho, 1996; Rodrigues, 2002; Neiva; Izumi, 2012).

do *local de trabalho* para a socialização política dos membros do DEM, e o *movimento estudantil* para os do PT, sendo que a *família* não se mostrou especialmente correlacionada a nenhum dos dois grupos.

Quanto à segunda questão abordada neste artigo, relativa ao surgimento de um interesse pela profissionalização política, o partido revelou-se uma instituição importante para a conversão do político ocasional em político profissional, a partir da frequência das respostas “desde que me filiei ao partido” e “desde que tenho meu primeiro cargo no partido”. Embora a maioria dos respondentes que se identificaram como políticos profissionais (57%) tenham revelado que o interesse por essa profissionalização precedeu a entrada nos partidos pelos quais disputaram as eleições de 2010, isso naturalmente não exclui a possibilidade de que a dedicação integral à política tenha se iniciado em outro partido a que o respondente estaria filiado antes do pleito daquele ano, o que reforçaria ainda mais a tese aqui apresentada sobre a centralidade das máquinas partidárias na estruturação do processo de profissionalização política. Os partidos se mostraram importantes ainda sob um segundo aspecto: quando indagados a respeito da razão pela qual se interessaram pela dedicação exclusiva ao ofício político, a maioria dos candidatos que se declararam “políticos profissionais” revelaram motivações claramente ligadas às máquinas partidárias, seja pelo “aumento das responsabilidades político-partidárias”, seja pela “vontade de se profissionalizar como político”, o que só pode ser feito, por razões institucionais, dentro de um partido.

Esses dados sugerem que a discussão sobre se os partidos brasileiros importam ou não para definir o comportamento dos políticos brasileiros, se são ou não organizações estruturadas, enfim, se são “fortes” ou “fracos”, deve ser, no mínimo, repensada. Seria preciso ir além da análise da relação entre sistema partidário e sistema eleitoral, além do estudo do funcionamento organizacional e do grau de controle que os partidos exercem sobre seus membros. Os nossos dados indicam que é preciso levar em consideração que os partidos brasileiros parecem cumprir a função de recrutar e profissionalizar os agentes políticos, algo fundamental para o funcionamento de qualquer sistema político democrático²⁵.

25. Considerações sobre o sistema partidário brasileiro podem ser encontradas em Kinzo, 2005; Braga e Borges, 2008; Braga, 2010; Tarouco, 2010; Braga e Pimentel, 2011.

Enfim, a partir dos dados coletados podemos dizer que a profissionalização política (isto é, tornar-se político) pressupõe a decisão de se dedicar, a partir de algum momento, integralmente à política e que a atuação em um partido político favorece fortemente esse processo. Também podemos afirmar que a decisão de dedicar-se integralmente à política e profissionalizar-se pressupõe, logicamente, que o indivíduo desenvolva algum interesse por política e, pelos nossos dados, esse interesse tem maiores chances de surgir, entre os nossos entrevistados, se o indivíduo atuar no movimento estudantil durante a faculdade. Mais ainda, se ele cursar Direito e militar no movimento estudantil haverá mais probabilidade de que ele se torne um político profissional. Resumidamente, portanto, faculdade, movimento estudantil e partido político são instituições fundamentais no processo de socialização e profissionalização políticas entre os candidatos a deputado federal nas eleições de 2010 por nós entrevistados. Que tipos de valores políticos são ensinados por essas instituições de socialização política é uma questão a ser abordada em pesquisas futuras.

Referências

- ADORNO, S. (1988). *Os Aprendizizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ALCÁZAR, M. B. Del. (2002). On the Nature of Power: An Examination of the Governing Elite and Institutional Power in Spain, 1939-92. *Public Administration*, Estados Unidos, v. 80, n. 2, p. 323-38.
- ALMOND, G. A.; VERBA, S. (1963). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. California: Sage Publications.
- _____. (1980). The intellectual History of the Civic Culture Concept. In: ALMOND, G. A.; VERBA, S. (eds.). *The Civic Culture Revisited*. Boston: Little, Brown and Company, p. 1-36.
- BARBETTA, P. A. (2007). *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- BARMAN, R.; BARMAN, J. (1976). The Role of the Law Graduate in the Political Elite of Imperial Brazil. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Miami, v. 18, n. 4, p. 423-50, nov.
- BEST, H.; COTTA, M. (2000). *Parliamentary Representatives in Europe (1848-2000)*. Oxford: Oxford University Press.
- BIRNBAUM, P. (1985). *Dimensions du pouvoir*. Paris: Presse Universitaire de France, cap. xi.

- _____. (1994). *Lês sommets de l'État. Essai sur l'élite du pouvoir em France*. Paris: Éditions du Seuil.
- BRAGA, M. S. S. ; BORGES, T. (2008). *Organização e Poder nos Partidos Políticos Brasileiros*. Trabalho apresentado no 6º Encontro da ABCP.
- _____. (2010). Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 4, p. 43-73.
- _____.; PIMENTEL, J. (2011). Os partidos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271-303.
- BRANCATI, D. (2008). Winning Alone: the electoral fate of independent candidates worldwide. *The Journal of Politics*, Tucson, v. 70, n. 3, p. 648-62.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (1997). *Lei nº 9.504*, de 30 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm>. Acesso em 19/08/2014.
- CARLTON, E. (1996). *The Few and the Many: A Typology of Elites*. Vermont: Sclar Press.
- CARVALHO, J. M. (1996). *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CAYROL, R.; PERRINEAU, P. (1982). Governing Elites in a Changing Industrial Society: The Case of France. In: CZUDNOWSKI, M. M. (ed.). *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*. DeKalb: Northern Illinois University Press, p. 90-124.
- CARROL, R.; NALEPA, M. (2012). *Resources, Enforcement and Party Discipline under Candidate-Centered PR*. Disponível em: <SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1900825>>. Acesso em 19/08/2014.
- CHARLE, C. (1987). *Les elites de la République (1880-1900)*. Paris: Fayard, 1987.
- CZUDNOWSKI, M. M. (1982). Introduction: A Statement of the Issues. In: CZUDNOWSKI, M. M. (ed.). *Does Who Governs Matter?* DeKalb: Northern Illinois University Press, p. 3-12.
- _____. (1975). Political Recruitment. In: GREENSTEIN, F. I.; POLSBY, N. W. (eds.). *Micropolitical Theory. Handbook of Political Science*. v. 2. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, p. 155-242.
- DAWSON, R.; PREWITT, K. (1969). *Political Socialization*. Boston: Little, Brown.
- DIAS, M. R.; MENEZES, D. B.; FERREIRA, G. C. (2012). A quem serve o Graal? Um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através dos seus projetos de lei na Alergs (2003 a 2006). *Civitas*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 209-35.
- FALCÃO NETO, J. de A. (1978). Os cursos jurídicos e a formação do Estado nacional. In: BASTOS, A. W. (org.). *Os cursos jurídicos e as elites políticas brasileiras*. Brasília: Câmara dos Deputados.

- FLEISCHER, D. V. (1981). O pluripartidarismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. *Revista de Ciência Política*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 49-75.
- FREIDENBERG, F. (2003). Selección de Candidatos y Democracia Interna en los Partidos de América Latina. *Biblioteca de Reforma Política*, Lima, n. 1, p. 9-45.
- FUKS, M. (2011). Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. *Lua Nova*, São Paulo, n. 83, p. 145-78. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452011000200006>>. Acesso em 19/08/2014.
- _____. (2012). Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. *Opin. Pública*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 88-108. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762012000100005>>. Acesso em 19/08/2014.
- GALLAGHER, M. (1980). Candidate Selection in Ireland: the impact of localism and the electoral system. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 10, n. 4, p. 489-503.
- _____.; MARSH, M. (1988). *Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics*. London: Sage.
- GIDDENS, A. (1974). *Elites and Power in British Society*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GREENACRE, M. (2007). *Correspondence Analysis in Practice*. Boca Raton/London/New York: Taylor & Francis Group.
- GUTTSMAN, W. L. (1974). The British Political Elite and the Class Structure. In: STANWORTH and GIDDENS (eds.). *Elites and Power in British Society*. London: Cambridge University Press, p. 22-44.
- _____. (1965). *The British Political Elite*. London: MacGibbon & Kee.
- HAZAN, R.; RAHAT, G. (2007). The influence of candidate selection methods on legislatures and legislators: theoretical propositions, methodological suggestions and empirical evidence. *Journal of Legislative Studies*, Yorkshire, v. 12, n. 3-4, p. 366-85.
- _____.; _____. (2010). *Democracy within Parties: candidate selection methods and their political consequences*. Oxford: Oxford University Press.
- HENDRICKS, C.; LEVINE, R. (1981). Pernambuco's Political Elite and the Recife Law School. *The Americas*, Berkeley, v. 37, n. 3, p. 291-313.
- HIGLEY, J.; HOFFMANN-LANGE, U.; KADUSHIN, C.; MOORE, G. (1991). Elite integration in stable democracies: a reconsideration. *European Sociological Review*, Oxford, v. 7, n. 1, p. 35-53.
- HOPKIN, J. (2001). Bringing the members back in? Democratizing candidate selection in Britain and Spain. *Party Politics*, New York, v. 7, n. 3, p. 343-61.

- HYMAN, H. (1959). *Political socialization*. New York: Free Press.
- JENNINGS, K. (2000). Participation as Viewed through the Lens of the Political Socialization Project. In: *CONFERENCE on Political Participation: Building A Research Agenda*. Center for the Study of Democratic Politics, Princeton University.
- JOHNSON, C. (1982). *MITI and the Japanese Miracle. The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*. Stanford: Stanford University Press.
- KINZO, M. D'A. G. (2005). Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 65-81.
- LeDUC, L. (2001). Democratizing Party Leadership Selection. *Party Politics*, New York, v. 7, n. 3, p. 323-41.
- LOVE, J. (1982). *A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LUNDELL, K. (2004). Determinants of Candidate Selection; the degree of centralization in comparative perspective. *Party Politics*, New York, v. 10, n. 1, p. 25-47.
- MARENCO DOS SANTOS, A.; SERNA, M. (2007). Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 93-113.
- MARVICK, D. (1968). Political Recruitment and Careers. In: *International Encyclopedia of the Social Sciences*. New York: Crowell Collier and Macmillan, p. 273-282.
- MESSEMBERG, D. (2007). A Elite Parlamentar Brasileira (1989-2004). *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 309-70.
- MICHELS, R. (1982). *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UnB.
- MOSCA, G. (1939). *The Ruling Class*. New York/Toronto/London: McGraw-Hill.
- NEIVA, P. & IZUMI, M. (2012). Os “doutores” da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 41, p. 171-92.
- NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. (1995). *Political Recruitment; gender, race and class in the British Parliament*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1997). *Passages to Power*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PANG, E.- S.; SECKINGER, R. (1972). The Mandarins of Imperial Brazil. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, U.K., v. 14, n. 2, p. 215-44.
- PARETO, V. (1935). *The Mind and Society: A Treatise on General sociology*. New York: Harcourt, Brace & Company.
- PATEMAN, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PEREIRA, J. C. R. (2004). *Análise de Dados Qualitativos: estratégias metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais*. São Paulo: Edusp.

- PERISSINOTTO, R.; CODATO, A.; FUKS, M.; BRAGA, S. (2007). *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Ed. UFPR.
- _____; BOLOGNESI, B. (2010). Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian Political Science Review*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 10-32.
- PREWITT, K. (1970). *The Recruitment of Political Leaders: A Study of Citizen-Politicians*. New York: The Bobbs-Merrill Company Inc.
- POWER, T. J.; MOCHEL, M. (2007). *Shaping the Brazilian Political Class: causes and consequences of recruitment to the Chamber of Deputies*. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/Power-e-Mochel-Shaping-the-Brazilian-Political-Class.pdf>>. Acesso em 19/08/2014.
- PUTNAM, R. D. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.
- _____. (1976). *The Comparative Study of Political Elites*. New Jersey: Prentice Hall.
- RAHAT, G.; HAZAN, R. (2001). Candidate Selection Methods: an analytical framework. *Party Politics*, New York, v. 7, n. 3, p. 297-322.
- _____; _____. KATZ, R. (2008). Democracy and Political Parties: on the uneasy relationships between participation, competition and representation. *Party Politics*, New York, v. 14, n. 6, p. 663-83.
- RIESMAN, D.; GLAZER, N.; DENNEY, R. (1961). *The Lonely Crowd*. New Haven: Yale University Press.
- RODRIGUES, L. M. (2002). *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp.
- SEARING, D. D. (1987). Political Involvement and Socialization in Great Britain. In: CLARKE, H. D.; CZUDNOWSKI, M. M. (eds.). *Political Elites in Anglo-American Democracies: Chances in Stables Regimes*. Illinois: Northern Illinois University Press, p. 109-46.
- _____; WRIGHT, G.; RABINOWITZ, G. (1976). The Primacy Principle: Attitude Change and Political Socialization. *British Journal of Political Science*, Cambridge, U.K., v. 6, n. 1, p. 83-113.
- SEARS, D.; FUNK, C. (1999). Evidence of the Long-Term Persistence of Adults Political Predispositions. *The Journal of Politics*, Tucson, v. 61, n. 1, p. 1-28.
- SIAVELIS, P. (2005). La Lógica Oculta de la Selección de Candidatos en las Elecciones Parlamentarias Chilenas. *Estudios Públicos*, Santiago, n. 98.
- _____; MORGENSTERN, S. (2009). Reclutamiento y selección de candidatos en América Latina: un marco para el análisis. In: FREIDENBERG, F.; SAÉZ, M. A. *Selección de Candidatos, Política Partidista y Rendimiento Democrático*. México, Tribunal Electoral del Distrito Federal.

- TAROUCO, G. (2008). Manifestos Partidários e Programas de Governo: notas de pesquisa. In: *6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Campinas. _____ (2010). Institucionalização Partidária no Brasil (1982-2006). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 4, p. 169-86.
- TEIXEIRA, C.; FREIRE, A. (2011) A escolha antes da escolha: a seleção de candidatos a deputados – Parte I: o contexto legal e institucional. *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, Lisboa, n. 2.
- VEIGA, L. F.; PERISSINOTTO, R. M. (2011). Profissionalização Política, Processo Seletivo e Recursos Partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. In: *35º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu/MG.
- VENÂNCIO FILHO, A. (1982). *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- WESTHOLM, A.; NIEMI, R. (1992). Political Institutions and Political Socialization: A Cross-National Study. *Comparative Politics*, v. 25, n. 1, p. 25-41.
- WRIGHT MILLS, C. (1983). *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ZUCCO JR., C. (2009). Esquerda, Direita e Governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: *Legislator Views of Brazilian Governance*, Oxford.